

IV enanparq

Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016

***PARRÉSIA* ARQUITETÔNICA: TENSÃO ÉTICA NO PENSAMENTO SOBRE A CIDADE**

SESSÃO TEMÁTICA: ARQUITETURA (E) ÉTICA

José Carlos Freitas Lemos
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
jose.lemos@ufrgs.br

PARRÉSIA ARQUITETÔNICA: TENSÃO ÉTICA NO PENSAMENTO SOBRE A CIDADE

RESUMO

A *parrésia*, enquanto “coragem da verdade” ou “exigência da verdade” é, para Michel Foucault, um ponto de articulação entre a teoria e a prática, o discurso com as ações. A condição de possibilidade desta verdade não é lógica, mas ética. Tradicionalmente, há a tendência histórica de pensar a cidade como um lugar pacífico e harmonioso. Esquece-se que esse entendimento é datado: surgiu com o Iluminismo do século XVIII e, a partir da segunda metade do século passado, foi sendo desconstruído por exigência da sociedade pós-industrial e neoliberal até se impor como hegemônica nos dias atuais. O modo preponderante de entender a cidade, numa dada época, corresponde à perspectiva de um determinado grupo com poder para impô-lo. Gestores são subjetivados por tais imposições e produzem escolhas que têm transformado o espaço da cidade no cenário de profundas tensões entre preexistências físicas, traços de identidade de grupos e capacidades de construir. Estes conflitos sempre estiveram e presume-se que sempre estarão em confronto nas cidades, porque remetem a relações de poder que expressam diferentes necessidades e interesses sociais. São relações de poder que constituem a própria história do aparecimento, na cena social, do sujeito moderno, produzido e regulado para atender os requisitos de uma sociedade urbana. Nos últimos quatro séculos, intensificaram-se os processos de urbanização e os problemas que envolvem as cidades. No início do século XXI proliferam nas cidades imensas áreas de reduzida infraestrutura, pouco investimento e populações muito desfavorecidas, com expansões, verticalizações e ajardinamentos de elevados custos em condomínios de opulência. As Nações Unidas chamam este quadro de “planeta de favelas” em explosão. Esse desequilíbrio e essa discriminação excessiva afetam a população urbana de tal maneira que os diferentes grupos se tornam invisíveis uns em relação aos outros. A cidade deve ser um lugar do direito à diferença, sem desigualdades sociais.

Palavras-chave: Arquitetura da cidade; Diferença; Ética; Parrésia; Vontade de verdade.

PARRHESIA ARCHITECTURAL: ETHICAL TENSION IN THOUGHT ABOUT THE CITY

ABSTRACT

The parrhesia as "courage of truth" or "demand for truth" is, for Michel Foucault, a point of articulation between theory and practice, the speech with actions. The condition of possibility of this truth is not logical, but ethics. Traditionally, there is the historical tendency to think of the city as a peaceful and harmonious place. Never mind that this understanding is dated: came up with the Enlightenment of the eighteenth century and, from the second half of last century, was being deconstructed by requirement of the postindustrial society and neoliberal to impose itself as hegemonic today. The predominant way of understanding the city, at a given time, corresponds to the perspective of a particular group with the power to impose it. Managers are subjectified by such levies and produce choices that have transformed the city space in the scenario of deep tensions between physical preexistence, identity traits groups and capacity building. These conflicts have always been and is assumed to always be in confrontation in the cities because refer to power relations that express different needs and social interests. They are power relations that constitute the history of the appearance, at the scene of the modern subject, produced and regulated to meet the requirements of an urban society. Over the past four centuries, intensified urbanization processes and problems involving the cities. At the beginning of XXI century proliferate in cities large areas of reduced infrastructure, low investment and disadvantaged populations, with expansion, vertical integration and landscaping high costs in opulence condominiums. The United Nations call this picture "planet of slums" in explosion. This imbalance and this excessive discrimination affecting the urban population such that different groups are invisible in relation to each other. The city should be a place of the right to difference, without social inequalities.

Keywords: Architecture of the city; Difference; Ethic; *Parrhesia*; Will to truth.

O presente artigo, *Parrésia arquitetônica: tensão ética no pensamento sobre a cidade*, se articula com a sessão temática, *Arquitetura (e) ética*, porque parrésia é a conclamação política e ética para que os arquitetos enxerguem a realidade e produzam efeitos de sua solução.

Partindo de Michel Foucault, procura-se explicitar a importância fundamental desse conceito de *parrésia* enquanto “coragem da verdade”, enquanto imprescindível uso da franqueza crítica da cidade. A realidade é a cidade verdadeira, a cidade hostil, dos conflitos, reativa a muitos tipos de agrupamentos sociais, palco dos excluídos, campo de habitantes quase invisíveis, descartados. A cidade fora, do ausente, da ausência, dos que não tem luz, desligada no sistema, aquilo que chamo de “cidade-off”¹. A parrésia arquitetônica clama pela produção de nucleações inclusivas, que viabilizem espacial e simbolicamente a democracia, pela idealização de nichos harmonicamente conectados para toda essa exuberante congregação de coloridos e dialetos que tem lugar na cidade.

1. PARRÉSIA

O interesse pelo tema da “parrésia” em Foucault pode ser relacionado a sua pesquisa no campo político (o governo dos outros) e a sua pesquisa no campo ético (o governo de si)². A noção de *parrésia* constitui o objeto privilegiado de seu estudo nos últimos dois anos de sua vida (1983 e 1984). O curso por ele ministrado neste período no Collège de France será exatamente “A coragem da verdade”. A origem da palavra é encontrada no grego, “*parrhesia*”, e é traduzida como “franco falar”, “dizer verdadeiro”, “liberdade oratória”, “afirmação corajosa”. Para Foucault, o nó da coragem da verdade constitui um verdadeiro complexo fundamental. Como comenta o analista de sua obra, Frédéric Gros, “coragem sem verdade é fanatismo vão e verdade sem tensão ética não tem utilidade”³.

Mas, é importante que se compreenda, por que não tem utilidade? Por que a justificativa da verdade deve ser ética? Porque, para Foucault, a coragem da verdade nos intelectuais une teoria e prática, vincula obra e vida, fundamenta a escrita de livros e a ação política. Em última análise, evidencia que escrita e ação devem ser uma mesma coisa. Não pode ser concebida a ruptura entre uma coragem sem vinculação e um discurso verdadeiro neutro⁴. E, como

¹ Título do grupo de pesquisa que coordeno no CNPq desde 2014.

² Uma vez que a ética ocupará lugar central no presente texto, julgo importante situar sua compreensão diante da moral. A moral é prática. São regras usadas, aplicadas pelas pessoas todos os dias em seus julgamentos de certo e errado, bom ou mau. Poder-se-ia dizer, é como as pessoas se norteiam diante do que “moral” e do que é “imoral”. A ética é o pensar sobre a moral, é a escolha, a discussão fundamentada acerca de sistemas de regramentos morais. Enquanto a moral diz respeito a regras de comportamento, a ética diz respeito a conhecimentos que advêm da crítica do comportamento. A ética pensa a moral.

³ Gros, p. 11.

⁴ *Id.*, p. 12.

componente adicional, este discurso de coragem e verdade, a *parrésia*, deve se referir ao presente de seu praticante.

No estudo de Foucault sobre os gregos antigos, o mestre na direção de consciência, se caracterizava pelo uso direto e franco da palavra, como maneira de autenticar sua verdade e sua conduta. A verdade devia explodir em seus atos. Em oposição à retórica, a *parrésia* é uma fala direta e clara, sem falsos brilhos. É também engajada, supõe a adesão do falante a seu enunciado. A verdade aqui é uma convicção pessoal (na retórica não é necessário acreditar, mas sim fazer acreditar). Por fim, a *parrésia* supõe coragem porque é perigosa. Trata-se de verdade que pode ferir o outro. Verdade que assume o risco de reação do outro. Diferente disso, a retórica, usualmente, usa a bajulação e a mentira⁵.

“(...) o parresiasta fala em seu próprio nome e seu discurso refere-se a uma situação atual, por fim, leva a relação com o outro à extrema tensão da ruptura possível”. (Gros, 2004, p. 258)

A dimensão política original da *parrésia* é, para Foucault, o *fundamento ético da democracia*. Com ela se restitui ao cidadão o privilégio da palavra, do franco falar aos outros⁶.

A noção de *parrésia* na obra de Foucault assume importância fundamental quando o filósofo a vincula à própria emergência do discurso filosófico da modernidade. No texto “O que é o Iluminismo?” (*Was ist Aufklärung?*), escrito por Immanuel Kant em 1784, emerge a “questão do presente como acontecimento filosófico a que pertence o filósofo que fala sobre ela”⁷. A prática discursiva da filosofia faz emergir algo que é a sua própria atualidade discursiva. E a atualidade de modernidade deste momento no século XVIII é interrogada pela filosofia como acontecimento que tem um sentido filosófico, um valor filosófico e uma singularidade filosófica. Um acontecimento que expõe sua própria fundamentação e razão de ser. Não se trata do filósofo pertencer a uma doutrina, a uma tradição, ou um agrupamento humano em geral, mas sim de seu pertencimento a um presente. É esse pertencimento a um conjunto cultural característico da sua própria atualidade que se torna o objeto da reflexão do filósofo (Kant)⁸.

A filosofia como superfície de emergência de uma atualidade, a filosofia como interrogação sobre o sentido filosófico da atualidade a que ele pertence, a filosofia como interrogação pelo filósofo desse “nós” de que ele faz parte e em relação ao qual ele tem de se situar, é isso, me parece, que caracteriza a filosofia como discurso da modernidade, como discurso sobre a modernidade. (Foucault, 2010, p. 14)

⁵ *Ibid.*, p. 257.

⁶ *Ibid.*, p. 259.

⁷ Foucault, p. 13.

⁸ *Id.*, pp. 13-14.

Assim, na nova interrogação de Kant sobre a modernidade, a atualidade é levada em conta no discurso filosófico para que encontre seu lugar nesta atualidade, para que se explicito o sentido desta atualidade e para que se especifique o modo que este discurso age nesta atualidade. É importante comentar que a metodologia de análise de Foucault (inspirada em Nietzsche) é fundada em genealogias, processos históricos amplos que relacionam emergências e proveniências. Neste caso, a referência à questão da modernidade deve ser compreendida num contexto genealógico. O texto de Kant pode ser tomado como a emergência da questão da modernidade, um processo cultural muito singular que tomou consciência de si de certo modo, que se nomeou e se situou em relação ao seu passado, seu futuro e seu presente, chamando a si próprio de Iluminismo (*Aufklärung*). O Iluminismo como um período que designa a si mesmo e reconhece sua situação histórica⁹.

Noutro exemplo da importância capital da noção de *parrésia* na avaliação de Michel Foucault, ele aponta a constituição do nascimento da filosofia ocidental. O filósofo verifica que a uma *Era de ouro* inicial da *parrésia* se seguiu um período crítico da *parrésia* na Atenas do século IV a.C.. Neste período crítico, o dizer verdadeiro parecia incompatível com a própria estrutura da democracia. Aconteceu aí a ideia de que o bom regime político dependia da excelência ética dos governantes. Como, na democracia, imaginar uma massa virtuosa é tanto uma aberração conceitual quanto uma impossibilidade prática, deu-se lugar a duas possibilidades para o pensamento político: a solução platônica, do dizer verdadeiro a partir da educação da alma dos líderes, e a solução aristotélica, que liberava a democracia de pressupostos éticos. Enfim, para Foucault, o lugar da filosofia ocidental foi constituído por essa crise grega da *parrésia*, motivando a tentativa de reinvenção de um dizer verdadeiro em harmonia com a política e com a educação ética¹⁰.

Finalmente, Foucault alcançou a culminância de sua análise da *parrésia* quando estudou o cinismo. Com a *parrésia* cínica, ele chega quase até o oposto do cuidado de si estoico, que estudara no curso anterior do Collège de France de 1982, intitulado “A hermenêutica do sujeito”. A verdade na vida explode como um escândalo com os cínicos. É exigente e polêmica a relação entre vida e verdade. Torna-se diretamente legível no corpo a presença contundente de uma verdade cortante. A existência é, provocadoramente, o escândalo da verdade¹¹. Mais uma vez aí, Foucault vai encontrar elementos de mais uma rede genealógica que, entretecida por emergências históricas diferentes, repetem proveniências das antigas atitudes cínicas gregas:

⁹ Ibid., p. 15.

¹⁰ Gros, p. 160.

¹¹ Gros, p. 163.

(...) tal qual se pode reencontrar em uma certa mística cristã do despojamento e do escândalo ascéticos, em alguns movimentos revolucionários do século XIX (correntes anarquistas, militância de esquerda, etc.), na arte moderna, enfim, desde que não se estabeleça mais com o real uma relação de imitação ou de ornamentação, mas de redução ao elementar pela agressiva rejeição de normas sociais (Baudelaire, Flaubert, Manet). (Gros, 2004, p. 163)

2. A HOSTILIDADE DA CIDADE

A cidade é uma invenção muito antiga e é muito provável que, desde seu aparecimento, tenha sido povoada por legiões de mendigos, pedintes, vagabundos, marginais. O que fazem estas pessoas, como fazem, e as áreas que usam, têm historicamente sido consideradas cicatrizes das cidades, universos indignos, testemunhos da doença da urbe. Desde as análises de Marx e Engels no século XIX, o olhar sociológico recaiu sobre movimentos eminentemente urbanos. A modernidade, a eclosão das práticas industriais fez localizarem-se nas cidades uma ampla maioria das questões sociais¹².

Há apenas pouco mais de uma década vivenciamos uma troca de paradigmas nas discussões políticas e na reflexão sociológica. Desde o final da Segunda Grande Guerra este cenário era amplamente dominado pela tese da luta de classes e das desigualdades. Em nosso presente atual passamos a ter a grande dominância da concepção da *exclusão*. Essa nova perspectiva hegemônica coincide com a também preponderância absoluta em nossos dias da ideologia neoliberal. O antigo fundamento do capitalismo¹³ é substituído pela compreensão da exclusão da ordem liberal de um imenso contingente de pessoas. Sob a denominação de excluídos podem ser referidos hoje ampla diversidade de grupos sociais, minorias étnicas, religiosas, culturais, de gênero, de orientação sexual, crianças e idosos, obesos, deficientes físicos, mutilados, habitantes de favelas, desempregados, moradores de rua. Essa extensa amplitude do fenômeno da exclusão leva a muitos estudiosos apontarem a impossibilidade de delimitá-lo. Talvez pudéssemos dizer que excluídos são todos aqueles rejeitados tanto por uma dimensão de valores materiais (o mercado e suas trocas) quanto por uma dimensão de valores simbólicos (representações culturais)¹⁴.

Em nível global, o deslizamento da antiga concepção que tinha foco na pobreza para a nova concepção com foco na exclusão, assinalou, no entender de muitos estudiosos, o fim da ilusão da transitoriedade das desigualdades. Aumenta a convicção de que, com a gestão neoliberal,

¹² Sawaia, p. 16.

¹³ A sociedade dividida em classes com diferentes níveis de poder.

¹⁴ Id, p. 17.

as desigualdades tendem a aumentar e permanecer¹⁵. No Brasil, a democratização da sociedade está se tornando uma impossibilidade, dado o nível atingido de desigualdade social, econômica, política e étnica. Grandes extratos populacionais são privados de viver mediante recusa, abandono e expulsão violenta. São grupos sem representação pública. Esta situação extremada de privação coletiva conduz a um grave quadro de exclusão social¹⁶.

Dessa maneira, a exclusão do início do século XXI se diferencia das formas anteriores de discriminação e segregação porque produz indivíduos desnecessários ao universo produtivo. Os novos excluídos são descartáveis. São politicamente incômodos, socialmente ameaçadores (para muitas pessoas, são bandidos potenciais) e economicamente desnecessários¹⁷.

A exclusão é constantemente reproduzida, reforçada e expandida por determinados mecanismos presentes em diferentes níveis da sociedade. Um deles é a prática de naturalização de seu fenômeno. A sociedade e o próprio excluído tendem a aceitar a condição adversa. As posturas de conformismo e fatalidade são, em muito, responsáveis pela reprodução do ciclo da exclusão social e pela fragilização dos vínculos sociais. Também a transmutação de direitos pela ideia de favores (tutela, apadrinhamento) dirigidos aos excluídos, reforça o processo de exclusão¹⁸.

Não é possível proclamar existir verdadeiramente a liberdade sugerida no neoliberalismo quando, para uma maioria gigantesca de pessoas, esta não acontece em seu cotidiano, não se traduz nos seus direitos humanos básicos, como moradia, educação, saúde. A liberdade para o neoliberalismo somente é possível se concebida ironicamente como uma “liberdade de espírito”¹⁹.

A ideologia neoliberal funda uma verdadeira “metafísica da competitividade”. Seu pressuposto nos planos econômico, filosófico e social é que o desenvolvimento somente é possível com a admissão da competitividade. A ascensão econômica, a melhoria da qualidade de vida, somente seriam alcançados mediante a luta, o trabalho com esforço, pelo choque entre interesses contrários. No entanto, a competitividade apenas é possível se ocorrerem diferenças e exclusões. A competitividade exige exclusão, porque na competição existem vencedores e vencidos. A centralidade deste fato aponta para uma profunda incompatibilidade entre a gestão neoliberal do mundo e os mais variados processos de democratização dos países. Principalmente em situações do terceiro ou quarto mundo, quando se fala em milhões

¹⁵ Ibid., p. 19.

¹⁶ Ibid., p. 20.

¹⁷ Ibid., p. 25.

¹⁸ Ibid., pp. 22-23.

¹⁹ Ibid., p. 144.

de excluídos. Chegamos a um ponto em que não mais possível falar em “bolsões de miséria”, pelo simples motivo dessa referência referir centenas de bilhões de pessoas vivendo como o lixo da história²⁰. Nesse cenário de apogeu da competitividade, se prega “a extinção do Estado e o reinado absoluto do mercado e do consumidor, substituto comercial do cidadão”²¹, fazendo, como bem sabemos, do bem público um bem privado.

Um artigo publicado em julho de 2014 no site da Carta Maior, sob o título “Arquitetura hostil: as cidades contra os seres humanos” apresenta a impressionante variedade de práticas arquitetônicas contra mendigos, skatistas e até namorados. Espetos, vidro quebrado, arame farpado, superfícies inclinadas, irregulares, desconfortáveis, resistentes a pichações, grades, (...)

“câmaras de circuito fechado com alto-falantes e os intimidantes sonoros “antiadolescentes”, como o uso de música clássica nas estações e os chamados dispositivos mosquito, que emitem sons irritantes de alta frequência que só os adolescentes conseguem ouvir” (...) (<http://outraspalavras.net/posts/arquitetura-hostil-as-cidades-contra-seres-humanos/> 10/072014)

se empenham em subverter o espaço público para se livrar de pessoas que frequentam as áreas da cidade fazendo coisas que gostam, sem gastar dinheiro. O texto fala de Londres, mas basta que lembremos de nossas próprias cidades brasileiras, para compreender se tratar de uma situação invariável no mundo todo em nosso momento presente. As cidades estão se tornando negadoras de muitos grupos sociais. Nesta matéria, o historiador de arquitetura Iain Borden propõe que estejamos vivendo a “shoppinização” do espaço público. Pode-se exercer certas atividades tranquilas caminhando ou sentado, como por exemplo tomar um café, mas práticas como skate, protestos políticos e performances musicais tendem a ser evitadas²².

A cidade se tornou o cenário da exclusão. Os mecanismos de reprodução dessa exclusão operam no ambiente urbano. Inicia a ser percebida outra cidade por trás da cidade. A verdadeira cidade, uma cidade que necessita de coragem para ser encarada. Os principais problemas sociais deste início de milênio fazem emergir incontestáveis dimensões éticas para o seu enfrentamento. Uma *parrésia* arquitetônica, uma tensão ética sobre o pensamento da cidade se faz necessária.

3. A CORAGEM DA VERDADE NA ARQUITETURA

²⁰ Ibid., p. 145.

²¹ Ibid., p. 149.

²² <http://outraspalavras.net/posts/arquitetura-hostil-as-cidades-contra-seres-humanos/>.

No Brasil, a Lei nº12.378, em 31 de dezembro de 2010, que regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo e a Resolução nº 52 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, o Código de ética e disciplina foram produzidos, segundo as palavras contidas em seus textos, por uma

“conduta (...) historicamente delineada a partir de um propósito humanista e preservacionista do patrimônio socioambiental e cultural, e [que] encontra-se intrinsecamente relacionada com o direito à cidadania e com o aperfeiçoamento institucional dos campos de atuação da Arquitetura e Urbanismo”. (Código de ética e disciplina, 2013, p. 1)

Mas, em verdade, muito pouco é expresso nesses documentos diante da assustadora realidade de nossas cidades. A despeito de toda uma história romântica de engajamentos de arquitetos a movimentos sociais, o que esses textos tornam escancarado e escandaloso são valores do mérito de se ser arquiteto e urbanista no Brasil. Ser formado, ser arquiteto é uma celebração ao mérito, ao esforço de vencer um curso de muitas dificuldades, longo, com muitas noites sem dormir. As lutas da arquitetura, da corporação de arquitetos, são brados à meritocracia. E isso se faz completamente compatibilizado com boa parte da sociedade brasileira, mais precisamente sua classe média. Esse extrato social é profundamente reacionário porque é meritocrático. A ideologia presente na corporação de arquitetos brasileiros é conservadora porque tem como sua base a meritocracia²³.

Assim, não é difícil perceber que boa parte da classe dos arquitetos é contra as cotas nas universidades e contra o bolsa-família, porque é um demérito ganhar sem trabalhar e condição social e etnia não representam critérios de mérito²⁴. Poder-se-ia pensar que tal cenário se restringe aos círculos de iniciativa privada, aos escritórios de arquitetura, locais onde a justificativa do lucro é defensável. Mas, cada vez mais essa mentalidade invade as faculdades de arquitetura da própria universidade pública, reproduzindo um contrassenso avassalador. Professores e alunos sustentados pela totalidade de sua população, com todos os problemas sociais que aqui expusemos, se posicionando a favor da competitividade, num claro incentivo à exclusão social.

Uma ética do merecimento é o que sustenta a sociedade meritocrática. Nossos padrões morais aceitam isso, mas para apreciações individuais e não sociais. No plano individual, na educação de nossos filhos, o princípio educativo e formativo individual de valorizar o mérito é aceitável. Entretanto, como plano de governo, como fundamento ético de uma organização coletiva, a meritocracia se torna reacionária e perversa. Por trás da “ética do merecimento” se

²³ <http://ezequielredin.blogspot.com.br/2013/09/desvendando-espuma-o-enigma-da-classe.html>, acessado em 30/05/2016.

²⁴ Id.

esconde uma “ética do desempenho” muito cruel. A ideologia da meritocracia legitima racionalmente a desigualdade social. Torna-se natural e inquestionável que se reproduzam técnicas de dominação em nossas cidades²⁵. A meritocracia é o canal de entrada, de aceitação facilitada dos valores neoliberais para nossas corporações profissionais.

Deixou de ser suficiente a óbvia inscrição e responsabilidade da classe de arquitetos e urbanistas como interessados na diminuição do déficit habitacional dos excluídos. A arquitetura tem um papel fundamental a realizar no que diz respeito à valorização cultural e simbólica dos mais variados grupos presentes em nossas cidades. Falta o devido cuidado no tratamento arquitetônico e simbólico dirigido aos mais variados grupos étnicos, de gênero, de orientação sexual, crianças, idosos, moradores de rua. Nossas cidades necessitam de praças cívicas, de reunião política das pessoas. Contra a exclusão do regime neoliberal, contra a meritocracia, a arquitetura precisa fazer o seu trabalho. Esse é um foco completamente diferente das pautas reservadas com frequência às propostas pedagógicas de nossos cursos de graduação e pós-graduação em arquitetura e urbanismo, que reiteradamente supervalorizam a discussão (e ensino) de aspectos estilístico-formalistas.

Voltando à contribuição inicial de Foucault, entende-se que é necessário confrontar a corporação de arquitetos e até mesmo a de professores de arquitetura, gerando uma tensão ética. É preciso ferir a visão morna dos arquitetos sobre a cidade. Para isso faz-se necessária coragem, porque se assume o risco de reações, contrariedades, resistências. E elas existirão com certeza, dado o fato de se tratar, justamente, de uma categoria profundamente reacionária. É preciso que tenhamos arquitetos e urbanistas parresíastas, que tenham a coragem de se referir ao nosso grave tempo presente, justificando eticamente a verdade da arquitetura da cidade. Parece claro que, sem levarmos a relação com o “outro” no interior das corporações de arquitetos à extrema tensão da ruptura, não obteremos a chance da mudança necessária de postura para solucionar a exclusão em nossas cidades.

Com Foucault, clama-se que seja restituído o fundamento ético da democracia, ou seja, a dimensão política original da *parrésia*. Exige-se que uma maioria de pessoas, de cidadãos tenha o privilégio da palavra, do franco falar aos outros. Exige-se que nossas cidades sejam verdadeiramente palcos de uma democracia ampla e irrestrita. Nisto, o papel da arquitetura e dos arquitetos não pode ser neutro, deve ser ativo.

Diante da hostilidade da cidade, diante da exclusão e da gestão neoliberal e meritocrática, reclama-se uma explosão cínica. Devemos aprender com os antigos cínicos gregos e fazer a verdade na vida da cidade explodir como um escândalo. A existência provocadora da

²⁵ Ibid.

exclusão, somente pode ser combatida com o escândalo da verdade de políticas arquitetônicas e urbanísticas corajosas.

BIBLIOGRAFIA

Bauman, Zygmunt. *Ética pós-moderna*. Tradução João Resende Costa. São Paulo: Paulus, 1997.

Michel Foucault, *A hermenêutica do sujeito*, tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail, São Paulo, Martins Fontes, 2004.

Foucault, Michel. *O governo de si e dos outros*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

Gros, Frédéric. Foucault: a coragem da verdade. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

Harvey, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEI Nº 12.378, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010.

http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.378-2010?OpenDocument. Acessado em 30/05/2016.

Nietzsche, Friedrich. *A genealogia da moral*. Tradução Antônio Carlos Braga. São Paulo: Escala, 2007.

Nietzsche, Friedrich.. *Para além de bem e mal*. Tradução de Delfim Santos Filho. Lisboa: Guimarães Editores Ltda., 1987.

Quinn, Ben. [The Guardian]. *Arquitetura hostil: as cidades contra seres humanos*. Site Outras palavras: Comunicação compartilhada e Pós-capitalismo.

<http://outraspalavras.net/posts/arquitetura-hostil-as-cidades-contra-seres-humanos/#>. Acessado em 30/05/2016.

RESOLUÇÃO Nº 52, DE 6 DE SETEMBRO DE 2013 DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. <http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2012/07/RES-52CODIGO-ETICARPO22-20134.pdf>. Acessado em 30/05/2016.

Sawaia, Bader. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001.

Souza, Renato Santos. *Desvendando a espuma: o enigma da classe média brasileira*.

<http://ezequielredin.blogspot.com.br/2013/09/desvendando-espuma-o-enigma-da-classe.html>. Acessado em 30/05/2016.